
O homem cordial em Humberto de Campos: Entre farpas literárias e egos feridos

Daniel Castello Branco Ciarlini¹

Resumo: O artigo aborda alguns dos estratagemas que os homens de letras, no universo literário carioca dos decênios de 1910 e 1920, se valeram para desconstruir a reputação de colegas ou de confrades da própria Academia Brasileira de Letras. É objeto de análise o *Diário secreto* (1954), de Humberto de Campos, cujos recortes considerados balizam formas como a ironia, a anedota ou os trocadilhos jocosos como farpas lançadas direta ou indiretamente. A tese de Sérgio Buarque de Holanda (1936) do “homem cordial”, ampliada por João Cezar de Castro Rocha (1998), é validada pelos discursos de Brito Broca (1979 e 1993), Roberto Ventura (1991), Flora Süssekind (1985) e Lincoln de Souza (1961), que renderam análise às mais distintas polêmicas literárias ocorridas no Brasil, do século XIX ao XX.

Palavras-chave: Homem cordial. Literatura. Humberto de Campos. Polêmicas.

The cordial man in Humberto de Campos: between literary accusations and wounded egos

Summary: The article approaches some of the stratagems that men of language, in the Rio de Janeiro literary universe of the decades of 1910s and 1920s, used to deconstruct the reputation of colleagues or confreres of the Brazilian Language Academy. The object of analysis is o *Diário secreto* (1954) by Humberto de Campos, whose considered indentations indicate styles such as irony, anecdotes and joking puns such as direct or indirect barbs. The thesis of Sérgio Buarque de Holanda (1936) of the “cordial man”, enlarged by João Cezar de Castro Rocha (1998), is validated through the discourses of Brito Broca (1979 and 1993), Roberto Ventura (1991), Flora Süssekind (1985) and Lincoln de Souza (1961), which rendered the most distinctly literarily polemic occurred in Brazil in the 19th and 20th centuries.

Keywords: Cordial man. Literature. Humberto de Campos. Polemics.

Dentro dos estudos pertencentes à esfera da história da vida literária, são objeto de análise as polêmicas que envolveram intelectuais; no caso aqui, em especial, os escritores brasileiros, cujos perfis foram reconhecidos a partir do prisma do “homem

¹ Doutorando na área de Estudos de Literatura, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Letras, pela Universidade Estadual do Piauí. Licenciado em Letras/Português pela UESPI. Membro do Núcleo de Estudos Literários Piauienses (NELIPI) e Núcleo de Estudos em Literatura e Imprensa Oitocentista (NELIO). Professor assistente da Universidade Estadual do Piauí. Atua principalmente nos seguintes temas: Literatura, História da Literatura, Teoria da Literatura, Crítica Literária, Literatura e Imprensa, Vida Literária e Cânone Literário. danielcastellobranco@hotmail.com

cordial”, tese formulada por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*² (1936), e ampliada de modo aplicado ao universo literário por João Cezar de Castro Rocha, no conjunto de sua obra, com destaque para “*Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*” (1998). O reflexo do “homem cordial”, reconhecido a partir das polêmicas levadas ao longo do tempo nas folhas de periódicos³ e ora em cafés ora em entidades literárias, bem como espaços privados, parece desenhar as gerações ao longo dos tempos, sem prejuízo às suas recepções em um ponto de vista sincrônico.

A observação de fatos da vida literária brasileira demonstra essa tese, posto o exercício das letras se realizar nas esferas pública e privada. No que concerne às polêmicas, há pontos cuja predominância desta esfera se sobrepõe àquela, embaraço mais nítido quando no embate há a defesa de um orgulho ferido. E é nesse ponto que o “homem cordial” se desenha nas letras nacionais: “tanto pode ser muito violento quanto cordato, tanto muito amoroso quanto rancoroso ao extremo” (ROCHA, 1998, p. 26). No Rio de Janeiro, como anota Lincoln de Souza, parte das polêmicas travadas por Agrippino Grieco nascia justamente na esfera privada, quando intelectuais se reuniam em residências para tertúlias literárias e auditividade (para se utilizar aqui do termo de Luiz Costa Lima) em apresentação de produções recentes, em que “era raro alguém manifestar-se de maneira sarcástica no tocante a um amigo do grupo do poeta [Luís Carlos Barros]”, com exceção a Grieco, “o terrível panfletário [que] não poupava pessoa alguma” (SOUZA, 1961, p. 31).

Aproveitando a súpula deixada por Castro Rocha, o “homem cordial” é, pois, o sujeito guiado pelo coração, eis a razão de agir de forma extremada: aos amigos, tudo; aos inimigos, o silêncio ou o ataque frontal – logo, o motivo de um “temperamento [que] admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto *não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar*” (HOLANDA, 1995, p. 148, grifo nosso). A gênese de tal comportamento no intelectual brasileiro advém, na visão de Sérgio Buarque de Holanda, da própria formação cultural do Brasil, em que “O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira” (HOLANDA, 1995, p. 148), daí o choque de expectativas e a aversão àquilo que foge a esse comportamento

² Far-se-á uso, aqui, da 26ª edição, de 1995.

³ É válido destacar as folhas periódicas como espaço de excelência, onde essas polêmicas se divulgaram. Afinal, como indica Ventura (1991), jornais e revistas se tornaram, desde o ano de 1880, populares entre as camadas médias da população.

subjetivo. Assim, se “Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão” (HOLANDA, 1995, p. 141), ao hipertrofiar a esfera privada em paga da pública, “o homem cordial dribla a ineficiência objetiva das instituições públicas [...] mediante um sistema para-institucional, baseado em contatos pessoais” (ROCHA, 1998, p. 171), construindo, dessa forma, “sua lógica, fortemente afetiva, a um espaço público real, mas cujo raio de ação é bastante limitado. Em outras palavras, no universo do homem cordial, estamos lidando com esferas autônomas, embora a esfera privada determine o tom das relações sociais” (ROCHA, 1998, p. 172), posto que, no Brasil, sempre houve o “predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal” (HOLANDA, 1995, p. 146).

Em aplicação ao universo literário, há nessa *práxis* algo de muito próximo às “capelinhas literárias”, que na nação brasileira “se multiplicaram no Rio de Janeiro e em São Paulo, sob o rótulo cada vez mais abusivo de geração, tecendo fios de uma tediosa política literária” (BROCA, 1993, p. 11), e cuja formação resulta, “diretamente, da natureza de ser gregário do homem, da sua tendência inevitável para associar-se e constituir-se em grupos”⁴; no caso dos escritores, tal união se relacionava a “afinidades espirituais, ou por *certas conveniências transitórias menos elevadas*”⁵, em que “verifica-se logo a supervalorização recíproca dos seus membros e surge como consequência lógica o velho jogo do elogio mútuo”⁶.

As polêmicas que nascem nessa sociedade cordial têm, segundo acredita Flora Süssekind (1985, p. 38), estreitas ligações com o campo do poder. Afinal, “Como no terreno político o poder se acha monopolizado, trata-se de disputá-lo noutros campos. E é isto o que se faz nas polêmicas: conquista-se ‘autoridade intelectual’”. No desdobramento dessa esfera de conquistas, é possível identificar no mínimo três origens que levaram os homens de letras (ou o intelectual como um todo) aos embates: a primeira, quando não reconhecido, o polemista, ao instaurar polêmica com alguém já consagrado, angaria no ato, mesmo inconsciente, promover-se, granjeando para si visibilidade e público – inserção social –, fato esse já admitido por Coelho Neto, quando em 1913, declarou: “A crítica, entre nós, é o arranque dos que começam [...] O

⁴ Idem, p. 11.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 11, grifo nosso.

⁶ Idem, *ibidem*.

mocinho, que estreia na imprensa, só ambiciona a nomeada e o meio de consegui-la em pouco tempo é sair de arma em riste contra os consagrados” (NETO *apud* rocha, 1998, p. 147-8).

A propósito, a revolta do novo contra o consagrado é um *modus operandi* que não parece exclusivo de uma época. Na de Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, também fora observada: “Todo escritor que surge reage contra os mais velhos, mesmo que os não perceba, e ainda que os admire. E se os admira, mais feroz é a reação, em que se casam amor e impaciência, ternura e tédio pela obra cristalizada” (ANDRADE, 1952, p. 120). Acreditava o autor mineiro, em “Apontamentos literários”, que tal ocorrência se devia, em parte, de um desajuste do mais jovem, posto ser

impossível faz[ê-lo] compreender aos vinte anos que não temos culpa de ser mais velhos, de possuir maior soma de visões, de lembranças, de riquezas imponderáveis: que desvendamos certos segredos porque nos foi dada oportunidade de viver já há mais tempo (ANDRADE, 1952, p. 120-21).

A segunda e a terceira origens se situam entre os membros de um grupo, instituição ou trabalho que os já tenha consagrado no meio – assim, é possível que entre os letrados haja embate por questões de ordem estética ou ideológica, fato que se dá de maneira direta ou indireta. Todavia, tal ocorrência acaba debandando para o lado pessoal, quando um determinado personagem passa a desconstruir a imagem de seu oponente em conversas particulares, ou por meio de ironias ou na construção jocosa das anedotas. É o que ocorreu, século passado, entre Camilo Castelo Branco e Carlos de Laet, quando questões de linguagem levaram a ofensas; como anota Broca, fez-se entre os dois uma querela: “Em lugar da ironia fina, do traço sutil e ferino do humor, à moda de Eça de Queirós, o que mais encontramos é a chalaça, a zargunchada brutal à feição d[*o próprio*] Camilo levando a polêmica para o lado do desaforo, do ataque pessoal” (BROCA, 1993, p. 130). Essa prática foi também percebida por João Cezar de Castro Rocha (1998, p. 57), no instante em que a esfera pessoal ocupa o espaço de polêmicas que propõem códigos renovadores dos pressupostos subjacentes: “No interior de uma experiência histórica dominada por homens cordiais, tal oportunidade se perde, pois cada desacordo, em lugar de ser enfrentado como uma diferença de pressupostos, é compreendido como um ataque pessoal”. Logo, esse tipo de atitude pode levar *pari*

passu a um embate direto e ao terceiro tipo de polêmica que aqui também se discute, ou seja, em defesa do orgulho ou do ego ferido.

É o que também observa Roberto Ventura (1991, p. 79), ao analisar polêmicas envolvendo os homens de letras do século XIX no Brasil: “Polêmicas surgidas em questões secundárias se desviavam para debates de erudição e defesas da honra, em que o desafiante buscava provar sua ‘superioridade’ sobre o oponente”; muitas vezes, o tom dos debates ia a casos extremos: “Das ameaças e xingamentos, os adversários chegavam a processos de difamação nos tribunais e mesmo ao suicídio, recurso extremos na defesa da honra ultrajada”⁷.

Na França, como observa Robert Darnton (2010), um dos mais antigos casos de polêmica envolveu duas importantes figuras do Iluminismo, Rousseau e Voltaire, quando aquele publica *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens* (1755), tão logo rebatido por este, que classifica o texto contra a raça humana.

No Brasil, é conhecido o que ocorrera a José de Alencar e Gonçalves de Magalhães, cuja “tribuna capaz de assegurar visibilidade social [...] no meio intelectual do acanhado círculo literário do Segundo Reinado” (ROCHA, 1998, p. 125) eram as páginas do *Correio Mercantil* ou as do *Diário do Rio de Janeiro*; e que acabou envolvendo inúmeros personagens, de Araújo Porto Alegre a D. Pedro II. Brito Broca (1979) supõe que o exercício crítico empreendido pelo autor cearense contra o seu rival, o poeta de *A confederação dos Tamoios* (1856), na imprensa, nascera, na realidade, de uma “ vaidade ofendida”:

José de Alencar, por não ver o seu nome incluído entre os intelectuais convidados a ouvir no Palácio de São Cristóvão a leitura de *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, [...] o levou a iniciar pelas colunas do *Diário do Rio de Janeiro* uma série de “Cartas” escalpelando impiedosamente o poema (BROCA, 1979, p. 74).

Desconstruir o trabalho ou mesmo a imagem de quem se pretende atacar foi uma das estratégias mais comuns que ficaram registradas na vida literária encetada pelo “homem cordial”. E tal realidade não parecia pertencer a uma pátria ou a um tempo específicos. Pelo menos é o que registra a nota de 28 de janeiro de 1928, do *Diário secreto* (1954), de Humberto de Campos, quando este, em palestra com o historiador

⁷ Idem, p. 79.

Manuel Bonfim, soubera de uma cena que se passara entre intelectuais franceses por volta de 1902, ocasião de uma viagem feita por Bonfim à Europa. Nela, o interlocutor de Humberto encontrara os críticos literários Paul Bourget (1852-1935) e René Doumic (1860-1937) e em lugar de uma conversa agradável e de “pensamento elevado”, “Do princípio ao fim da viagem levaram a falar mal dos outros, a difamar companheiros ausentes, e tudo isso com uma falta de linha e uma liberdade de vocabulário que mais pareciam um grupo de caixeiros de férias”⁸ (CAMPOS, 1954, p. 113). Tal episódio iguala-se a outro também narrado por Humberto em seu diário, desta vez envolvendo as figuras de Emílio de Menezes e do poeta Vicente de Carvalho. O fato, comentado por Alberto de Oliveira ao diarista, rememora uma passagem em que o autor de *Poemas da morte* (1901) teria revelado a aversão que tinha, como Bilac, ao esnobismo de Vicente de Carvalho; assim, Emílio de Menezes inferira que esse tinha um só braço porque Deus sabia o que fazia: “Quando ele só deu um braço ao Vicente, foi para que este não batesse palmas a si mesmo!...”⁹ (CAMPOS, 1954, p. 225).

A análise das polêmicas, como se percebe, pode ocorrer através de inúmeros objetos, como os já citados periódicos e diários e, ainda, crônicas, cartas e entrevistas que os homens de letras legaram às gerações futuras. As anotações de Humberto de Campos, no referido diário, que servem de suporte a este estudo, revelam o desenho de alguns desses embates, iniciados com a troca de farpas diretas e indiretas entre os literatos da primeira metade do século XX. Acresce-se a seu valor, ainda, a peculiaridade do diarista ter anotado episódios que iam além da sua própria memória, revelando fatos que lhe haviam sido confiados em conversas particulares com outros intelectuais do meio literário brasileiro. Importante registrar que quando aqui se fala em ataque direto, quer-se especificar aquele que é dirigido de maneira frontal ao criticado, e indireto, o que é lançado de maneira enviesada, ou seja, por meio de segundos e terceiros, caracterizando, de alguma forma, a desconstrução das reputações postas em xeque no jogo da cordialidade brasileira.

O espaço dos discursos polêmicos aqui analisados é o Rio de Janeiro, não apenas por ter sido a cidade onde morou o diarista, mas porque, desde fins do século XIX, “detinha o maior mercado de trabalho para homens de letras, que encontravam oportunidades no ensino, na política e no jornalismo” (VENTURA, 1991, p. 10), daí

⁸ Nota de 28 de janeiro de 1928.

⁹ Nota de 14 de junho de 1928.

que “A predominância literária absoluta da Corte sobre as províncias, durante a Monarquia, resultava, em parte, da centralização política. [E] Como tudo se resolvia na Corte, era natural que as reputações literárias ali também se fizessem” (BROCA, 1993, p. 15).

As farpas em análise podem ser reconhecidas por espécies que, na maior parte dos casos, são concomitantes: anedotas, ironias ou trocadilhos jocosos; estes, virando moda em Paris no século XIX, se tornaram populares no período romântico brasileiro, atravessaram os anos de Machado de Assis, sendo ainda cultivados nas primeiras décadas no século XX, entre uma e outra tertúlia literária em cafés, sede de agremiações ou mesmo espaços privados, como salas ou gabinetes de leitura nas residências dos escritores. Para Brito Broca, o uso de tal recurso linguístico entre os homens de letras era “uma estratégia dos que pretend[iam] praticá-lo impunemente” (BROCA, 1993, p. 93).

A primeira das farpas que Humberto de Campos registra em diário envolve a figura de Oscar Lopes, poeta cearense que residiu até sua morte no Rio de Janeiro, então cotado, em 1917, a uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras. Narra Humberto a reação que Emílio de Menezes¹⁰ tivera ao saber que concorria com o cearense somente o poeta Amadeu Amaral. Teria o acadêmico dito que trabalharia para a eleição de Amadeu. Questionado para qual Amadeu, afinal de contas Oscar Lopes também tinha no nome Amadeu, Emílio então respondera: “Não; eu não estou me referindo ao nome civil, mas ao nome literário; e em literatura ele não é Amadeu: é Amador...”¹¹ (CAMPOS, 1954, p. 43).

A candidatura de Oscar Lopes a uma cadeira na ABL – é o que indica o *Diário secreto* –, criara tamanho alvoroço no meio intelectual carioca que seu nome passara assim, de roda em roda, a colecionar ironias, trocadilhos e anedotas. No dia 23 de abril de 1917, por exemplo, é o romancista Alcides Maya quem, na sede da Sociedade Brasileira de Homens de Letras, então instalada à Rua Gonçalves Dias, no Rio de Janeiro, em conversa com Humberto de Campos, teria dito que este é quem deveria se candidatar à Academia Brasileira de Letras e não Oscar Lopes. Diante da negativa do maranhense, que justificara a recusa por possuir apenas um livro publicado, inferior,

¹⁰ Emílio de Menezes foi um dos mais conhecidos autores de trocadilho de seu tempo no Rio de Janeiro, “o cultivava com tanta frequência, [que] fazia rir a todo mundo e passava como um homem extraordinariamente espirituoso” (BROCA, 1993, p. 92).

¹¹ Nota de 20 de abril de 1917.

portanto, ao poeta, que já havia lançado quatro ou cinco, o acadêmico então lançara a sua farpa indireta: “Tu tens um livro; Oscar tem quatro ou cinco volumes, mas não tem um livro...”¹².

Já em 24 de abril, ainda sobre Oscar Lopes, é a sede do Ministério do Interior palco para outro diálogo que entraria nos registros de Humberto: desta vez, o ataque teria sido lançado por um dos empregados da repartição, João Batista Melo e Souza. A farpa, também indireta, classificada pelo diarista como “frase de espírito”, fora pronunciada em palestra particular: “É assim mesmo [...] o Oscar não tem um livro. O primeiro que ia fazer saiu ‘truncado’”¹³ – alusão, em trocadilho, ao primeiro livro lançado por aquele poeta, *Livro truncado* (1912).

No *Diário secreto*, Humberto deixa entrever que parte dos letrados brasileiros da primeira metade do século XX tinha fortes opiniões sobre os próprios colegas, a ponto de difundi-las, com algum cuidado, na imprensa, entre conversas particulares em encontros esporádicos ou às mesas dos cafés, perfazendo um circuito de críticas e vaidades. Foi por essa razão que, em 2 de junho de 1928, contando um trecho da vida de Goulart de Andrade a Humberto de Campos, Alberto de Oliveira relatara que o poeta, utilizando-se da enfermidade da esposa (que o levaria à falência) e de caso extraconjugal, transformara esses fatos em matérias para um romance de folhetim, à luz dos acontecimentos, nas páginas do *Correio da Manhã*. O maranhense, então, refletindo o problema, toma nota em seu diário e diagnostica o caráter do Goulart de Andrade, bem como a razão deste levar a público os dois dramas da própria vida:

O que ele queria era ser discutido, comentado, citado. Que o insultassem, que o injuriassem, mas que o não esquecessem. Para tornar-se famoso, teria lançado fogo ao templo de Diana ou à Biblioteca de Alexandria. À falta de um e outro monumento, incendiava a sua própria reputação. E tornou-se, por isso, a individualidade literária mais em evidência no Rio de Janeiro¹⁴.

O ato de desconstruir a imagem de um desafeto com ironias ou anedotas, bem como o modo de agir, como demonstra o comportamento singular do poeta e prosador Goulart de Andrade de levar a público a sua própria vida privada, são apenas algumas

¹² Idem, p. 45. Nota de 23 de abril de 1917.

¹³ Idem, p. 46. Nota de 24 de abril de 1917.

¹⁴ Idem, p. 240. Nota de 3 de julho de 1928.

das estratégias utilizadas pelo homem cordial da sociedade brasileira, como bem assinalou Castro Rocha (1998, p. 126):

na esfera da representatividade pública, a pessoa deve reconhecer-se importante o tempo todo, para não se precipitar no caos da invisibilidade social. Por isso, necessita do reconhecimento de seus pares. [...] a questão da vaidade é parte da pergunta sobre o sentimento que comanda a hipertrofia da esfera privada. Este sentimento é a cordialidade.

João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, por exemplo – conta o diarista –, foi outra figura que no meio intelectual carioca, quando exercia o papel de crítico literário nos jornais, agira a partir do mesmo *modus operandi* da desconstrução de seus pares: confessara, em conversa, a necessidade de que os poetas parnasianos Olavo Bilac e Alberto de Oliveira abandonassem as suas penas: “Eu não encontro um poeta que me agrade. Se eu pudesse dizer o que penso, aconselharia que se aposentasse o Bilac e o Alberto com todas as vantagens do posto, mas que se os aposentasse”¹⁵ (CAMPOS, 1954, p. 55), ao que conclui, reiteradamente: “São grandes poetas, sim, mas para o seu tempo, para um tempo que já passou... É preciso aposentá-los; é preciso”¹⁶.

Ainda dentro do terreno das opiniões a respeito de colegas e de confrades, são de Coelho Neto, personagem das mais prestigiadas por Humberto de Campos, fortes sentenças a respeito de Paulo Barreto (que assinava sob o pseudônimo de João do Rio ou de José Antonio José, este quando no periódico *Pall-Mall-Rio*). Depois de comentar sobre o que denominara de “período de preocupação artística” que o Brasil então experimentava, afirmara: “A cultura do Paulo é uma cultura que eu chamo de ‘capa amarela’, do ‘vient de paraître’, cultura de momento, que ele bebe de passagem nas edições Charpentier”, e mais adiante: “O Paulo é bananeira: é gordura, é árvore mole, é água. Quando cair, cai de uma vez”¹⁷.

Nessa mesma conjuntura, é possível citar mais dois exemplos, também caracterizados por um ataque indireto, de desconstrução de uma reputação. Dos espaços públicos, por essa época, duas livrarias cariocas pareciam reunir com alguma periodicidade os intelectuais brasileiros, a Garnier e a Leite Ribeiro. Nesta, conta a nota do *Diário secreto* de 2 de junho de 1917, teria o diarista se encontrado com o poeta e cronista Luís Guimarães, que o interpela sobre vários assuntos, dentre os quais a escrita

¹⁵ Nota de 9 de maio de 1917.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem, p. 59. Nota de 24 de maio de 1917.

de uma história da literatura brasileira imparcial. O poeta, então, desafia o maranhense a tal trabalho, e nesse convite expõe a maneira com que via os escritores que já tinham se adiantado nesse encargo; queria, pois, um livro diferente, “sem ódios, sem provas de amizade, sem paixões pessoais, sem os exageros de Araripe, as ingenuidades de Sílvio Romero e as arbitrariedades de José Veríssimo”¹⁸.

O segundo caso ocorre em plena sessão na Academia Brasileira de Letras, quando Aaulfo de Paiva faz uso da tribuna para relatar alguns verbetes do Dicionário, então elaborado pela instituição. Humberto narra uma conversa que tivera, naquele instante, com Roquete Pinto sobre o discurso do tribuno. A nota de 10 de maio de 1928 registra quando este interpela o diarista sobre a razão que tinha Laet ao falar de Aaulfo de Paiva, que o comparara ao irmão da “Gata Borracheira”, posto esta ter tido “uma irmã que botava bosta pela boca”¹⁹ (CAMPOS, 1954, p. 200).

Como dito, além da farpa lançada indiretamente, há aquela que alcança de maneira direta o seu real destinatário, provocando um conflito que faz soar o orgulho ferido e inúmeros constrangimentos no meio intelectual, às vezes levados a público por meio de comentários irônicos ou mesmo no registro documental da imprensa. Compreendendo que o jornal é o suporte por excelência aos inúmeros gêneros literários que mantinha os letrados em constante articulação e comunicação, é de esperar que em suas páginas muitas polêmicas tenham se ascendido. É o caso do poeta Luís Murat, como registra Humberto de Campos em nota de 28 de junho 1917: teria o acadêmico se ressentido ao perceber que seu nome fora olvidado em nota de *O Imparcial*, sobre Vicente de Carvalho, que lista os mais importantes poetas daquela contemporaneidade. O diálogo, reproduzido no diário, se dá entre o maranhense e Coelho Neto, que assim se referira a Murat: “O Luís vê, em tudo, no menor esquecimento, nessas pequenas omissões, o propósito de magoá-lo, de hostilizá-lo, de diminuí-lo”²⁰.

O melindre de Murat chegara até, segundo relata a esposa de Coelho Neto – cujo discurso fora reproduzido na nota –, a questionar a conduta proposital de Emílio de Menezes, possível autor: “se assim o fosse, ele, Murat, não o receberia na Academia de Letras”²¹. Coelho Neto então justificara a possível omissão de Murat nos seguintes termos: “Ele é um grande poeta; mas devia reconhecer que não é popular, que não vem

¹⁸ Idem, p. 63. Nota de 2 de junho de 1917.

¹⁹ Idem, p. 200. Nota de 10 de maio de 1928.

²⁰ Idem, p. 73. Nota de 28 de junho de 1917.

²¹ Idem, p. 73.

à lembrança a todo momento, principalmente quando ele próprio se exila, se retrai, como um lobo, fugindo do convívio de todos”²².

Humberto de Campos, então, leva *a posteriori* às páginas de *O Imparcial*, a título de justiça ao poeta olvidado, artigo elogioso ao *Páginas escolhidas* (1917), que Murat teria publicado ainda naquele ano. Não tardou a resposta vir em forma de carta de agradecimento, de que o diarista seleciona trechos na nota de 30 de junho. Da seleção, aquela que empolga o maranhense, pelo tom elogioso com que o poeta se dirige a ele e que ilustra bem, nesse campo cordial, a operação de elogio mútuo, prática comum aos personagens da vida literária, e a “hipertrofia da esfera privada”: “venho agradecer-te as palavras com que me honraste e cativaste, e, em breve prazo, terei oportunidade de te demonstrar que sei retribuir a amizade que me tens, e, ainda mais, *dar uma prova pública* (o que mui raro faço)”²³.

Coelho Neto também ganha espaço como intelectual em defesa da honra ferida. Chateado depois que soubera das críticas de Viriato Correia sobre a sua pessoa, em palestra com Humberto de Campos fala da chateação: “Mas, sabe você, ‘seu’ Humberto, a coisa mais ordinária que o Maranhão já produziu? Foi esse moleque, esse Viriato...”, iniciara o romancista, “Ignorante e pretencioso! Sabe que disse ele de mim, em casa de uma família amiga? [...] que a minha glória assentava num monte de bagaço!...”²⁴ (CAMPOS, 1954, p. 116). E é o próprio Humberto quem, correndo em favor do amigo, tece o seu protesto na mais fina ironia, investindo contra o autor de *A balaiada* (1927):

A frase não podia ser de Viriato Correia. Era perfídia, injusta, mas imaginosa. Estava acima da capacidade e do espírito de Viriato. Isso, em primeiro lugar. Em segundo: quando foi que Viriato já entrou numa casa de família?²⁵.

No capítulo das farpas literárias, o caso de Coelho Neto com Viriato Correia é um dos fortes exemplos das consequências que a desconstrução da imagem de um opositor pode provocar. Mas não seria essa a única vez que o caráter de Viriato Correia seria posto à prova. Humberto de Campos deixa registrado, como lição sua, um caso em particular, que ocorrera com o romancista, à época secretário (e fundador) no jornal *A Rua*, no Rio de Janeiro.

²² Idem, p. 73-4.

²³ Idem, p. 75, grifo nosso.

²⁴ Idem, p. 116. Nota de 4 de fevereiro de 1928.

²⁵ Idem, p. 116.

Era o ano de 1917, e o diarista acabara de receber a segunda série do livro de versos *Poeira*. Preocupado em propagandear da obra, resolvera distribuir alguns exemplares para os jornais, dentre os quais, o de Viriato, ocasião que “Em palestra, perguntou-me ele que obra se seguiria àquela. E eu desvendei-lhe os meus planos”²⁶ (CAMPOS, 1954, p. 135), que eram de escrever um conjunto de contos históricos inspirados em livros que revelavam o passado brasileiro, e assim: “Ao ouvir-me, V. pediu-me mais um ou outro esclarecimento e, no dia seguinte, procurou-me na Livraria Garnier. Queria que lhe emprestasse as obras de João Francisco Lisboa. Deixei-as lá no dia seguinte” (CAMPOS, 1954, p. 136). Humberto então comenta do espanto de que fora tomado quando soubera do resultado daquele interesse de seu interlocutor: “dias depois, V. surgiu no ‘Correio da Manhã’ assinando contos históricos, mas tão apressados, tão sem substância, que pareciam menos contos do que crônicas”²⁷, e conclui: “Um protesto meu seria irrisório. Eu era um quase estreado, e ele, já, autor de três ou quatro livros de ficção. O cão fugiu com o meu pedaço de carne”²⁸. Comentando isso, frente ao fato de o diarista ter abortado a ideia após a incursão de Viriato Correia ao gênero, Brito Broca, na crônica “A Ficção Histórica no Brasil”, informa que apesar da lição aprendida por Humberto de Campos, o escritor, se o quisesse, poderia ter seguido com o seu projeto pessoal, “de escrever livro da mesma natureza”, frente aos “contos de Viriato [que eram] apressados e sem substância”, e recomenda que o maranhense “os fizesse melhor e o livro não perderia o seu público por causa da precedência de outro escritor no cultivo ao gênero” (BROCA, 1993, p. 71).

Ao que tudo indica, Viriato Correia permaneceria escrevendo contos históricos nos anos à frente. É o que demonstra a nota de 22 de março de 1928, nove anos depois daquele episódio. Em palestra com Mário Behring, então diretor da Biblioteca Nacional e, de fato, o primeiro autor no Brasil a explorar o gênero do conto histórico, “em muitos números da revista *Kosmos*”²⁹ (BROCA, 1993, p. 72), Humberto reproduz um dos trechos da conversa, em que Behring se pronunciara acerca de Viriato Correia: “Coitado do V.! [...] Ele quer conhecer a História do Brasil mas não quer ler, estudar, pesquisar. Quer apanhar o assunto no ar, para desenvolvê-lo a seu modo”³⁰ (CAMPOS, 1954, p.

²⁶ Nota de 26 de fevereiro de 1928.

²⁷ Idem, p. 136.

²⁸ Idem, p. 136.

²⁹ Idem, p. 72.

³⁰ Nota de 22 de março de 1928.

162) e, numa atitude para com Behring, parecida com a que tivera com Humberto: “Uma vez ele me entrou por aqui, aflitíssimo. Queria que eu lhe fornecesse, de memória, alguns episódios históricos, que lhe servissem para contos”³¹.

Não tardaria a Humberto se confrontar diretamente com Viriato e, em tom de ironia e ambiguidade, disparar a sua farpa diretamente, trocadilho jocoso. A nota é de 9 de março de 1928. Referindo-se a uma história que saíra publicada em *A Manhã* daquela semana, de que Viriato, afeito a anedotas, teria contado uma sobre um burro sábio, Humberto, encontrando-se com o piadista, dissera-lhe: “Não imagina como eu tenho rido sozinho daquela história do burro! É soberba!” (CAMPOS, 1954, p. 151) e, em face do espanto do interlocutor, confirma o gosto ao concluir: “Gostei tanto, que não posso ver um burro que não me lembre de você!...”³².

Passa-se à memória de Goulart de Andrade. O diário, em nota de 6 de março de 1928, demonstra mais um trecho da vida literária dos primeiros anos do século XX. A reminiscência do diarista é de 1917, quando travara com Goulart uma conversa na saída da sede da Sociedade Brasileira de Homens de Letras, a respeito do poeta Emílio de Menezes. O tom fora além do que se poderia aqui admitir como farpa, havia nele toda uma constatação a respeito dos destinos da produção desse poeta parnasiano. Após o ouvirem declamar um de seus sonetos, parte de Goulart a seguinte observação: “‘Seu’ Humberto, o Emílio é um poeta cujos versos desaparecerão quando ele morrer... O que a gente aplaude é a voz dele. Sem ele os seus versos não valem nada!...”³³ (CAMPOS, 1954, p. 148).

O diarista, então, retoma o seu presente, o ano de 1928, e, verificando o que havia dito Goulart de Andrade em 1917, conclui:

Achei, no momento, que era despeito ou, pelo menos, exagero; mas, hoje, reconheço que Goulart de Andrade tinha razão. Emílio morreu há dez anos. Quem sabe, porém, ou recita, por aí, um só dos seus sonetos rigidamente parnasianos? (CAMPOS, 1954, p. 148).

A propósito do esquecimento de Emílio de Menezes e da qualidade do poeta, também os comentara Lincoln de Souza, em sua *Vida literária* (1961), coletânea de textos publicados por ele na imprensa, especialmente carioca, na primeira metade do

³¹ Idem, p. 151. Nota de 9 de março de 1928.

³² Idem, p. 151.

³³ Nota de 6 de março de 1928.

século XX. Avaliando o poeta como autêntico parnasiano, observa: “Se ele [...] se aproximou, mais do que nenhum outro, do modelo parnasiano, afastou-se, por outro lado, da naturalidade e da espontaneidade, elementos que tornam mais bela a composição poética. Daí o grande silêncio em torno do seu nome” (SOUZA, 1961, p. 19), e conclui com o mesmo questionamento de Humberto: “Quem gravou na memória, afinal, os versos de Emílio? Não conhecemos ninguém que saiba de cor alguma coisa do vate paranaense”³⁴.

Acredita-se que este conjunto de episódios da vida literária brasileira, difundido por Humberto de Campos em seu *Diário secreto*, não apenas ilustra como reforça a tese do “homem cordial” e seu *modus operandi* na cena intelectual brasileira. Numa tomada de revanchismos ou até mesmo de disputas pela posição utópica de figura modelar no campo das letras, os homens que fizeram a cena literária nacional no Rio de Janeiro demonstram algumas das estratégias de que dispunham para desconstruir os seus desafetos, aqui denominadas de farpas, provocadoras de embates diretos à maneira de uma polidez disfarçada pela ironia.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. Apontamentos literários. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Passeios na ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952. p. 120-26.

BROCA, Brito. Origens da Crítica no Brasil. In: BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979. p. 73-5.

BROCA, Brito. As “Capelinhas” Literárias. In: BROCA, Brito. *Teatro das letras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 11-5.

BROCA, Brito. Unidade e Federação na Literatura. In: BROCA, Brito. *Teatro das letras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 15-8.

BROCA, Brito. A Ficção Histórica no Brasil. In: BROCA, Brito. *Teatro das letras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 70-3.

³⁴ Idem, p. 19.

BROCA, Brito. Os Românticos e os Trocadilhos. In: BROCA, Brito. *Teatro das letras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 92-8.

BROCA, Brito. No Tempo das Polêmicas. In: BROCA, Brito. *Teatro das letras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 127-130.

CAMPOS, Humberto de. *Diário secreto*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954. v.1.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Tradução de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Luiz Costa. Persona e sujeito ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. *Pensando nos trópicos (demanda II)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 40-56.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SOUZA, Lincoln de. *Vida literária*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1962.

SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: histórica cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.